

RELATÓRIO DE GESTÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO 2014

RELATÓRIO DE GESTÃO

ANO FINANCEIRO DE 2014

Em cumprimento do estipulado na alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e dando execução às disposições estabelecidas no ponto 13 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, o órgão executivo procedeu à elaboração do relatório de gestão relativo ao ano financeiro de 2014, que a seguir se explicita, para efeitos do que dispõe a alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º do referido Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

1. INTRODUÇÃO

A prestação de contas do município, elaborada nos termos do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) e das Instruções n.º 1/2001 do Tribunal de Contas, constantes da Resolução n.º 4/2001 – 2.ª secção, de 12 Julho, publicada no *Diário da República* n.º 191 – II série – de 18 de Agosto de 2001, engloba os seguintes documentos de remessa obrigatória para o Tribunal de Contas:

- a) Balanço
- b) Demonstração de resultados
- c) Mapas de execução orçamental
- d) Anexos às demonstrações financeiras
- e) Relatório de gestão

RELATÓRIO DE GESTÃO 2014

Na elaboração dos documentos de prestação de contas do presente ano financeiro foram introduzidas algumas alterações na organização dos Anexos às Demonstrações Financeiras por forma a acompanhar mais de perto a estrutura constante do POCAL, consubstanciada no seu ponto 8, bem como a organização do Anexo I às Instruções n.º 1/2001 do Tribunal de Contas.

Foi ainda efectuado um pequeno ajustamento em "Outros Anexos" tendo em consideração a disposição proposta no mencionado Anexo I às Instruções n.º 1/2001 do Tribunal de Contas.

O presente relatório de gestão contempla, em cumprimento do disposto no POCAL, os seguintes aspectos:

- Situação económica e financeira
- Execução orçamental
- Evolução das dívidas de curto, médio e longo prazos
- Proposta de aplicação do resultado líquido do exercício
- Factos relevantes após o termo do exercício

Assim e mantendo os critérios que têm presidido à elaboração dos anteriores relatórios, passemos à abordagem dos documentos de prestação de contas do ano financeiro de 2014.



RELATÓRIO DE GESTÃO 2014

2. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Para cotejo da posição económica e financeira da autarquia, vejamos, em síntese, a situação relativa ao balanço e à demonstração de resultados.

2.1. BALANÇO

O balanço é o mapa contabilístico que apresenta a posição financeira e patrimonial do município, através da demonstração dos respectivos activo, passivo e fundos próprios.

Refira-se que o mapa do balanço que se apresenta no corrente ano foi reconfigurado em função de algumas alterações introduzidas pelo Revisor Oficial de Contas do município visando a correcção técnica dos anteriores mapas e uma mais fidedigna estruturação de contas do mesmo.

O balanço, como se verifica pelo respectivo mapa, totalizava no final do ano um activo líquido no montante de € 38.905.620,56 e um passivo no montante de € 9.863.602,76, apresentando, assim, um resultado líquido de € 29.042.017,80.

O quadro seguinte espelha a evolução do balanço nos últimos três anos:

Ano	Activo líquido	Passivo	Resultado líquido
2012	38.125.774,39	6.470.721,81	31.655.052,58
2013	37.696.490,31	6.906.577,44	30.789.912,87
2014	38.905.620,56	9.863.602,76	29.042.017,80

Constata-se, assim, que ao aumento do activo correspondeu, contudo, um acréscimo superior do passivo de que resultou uma diminuição do resultado líquido do exercício.

Este acrescentamento do passivo radica fundamentalmente na conjugação de três factores: o aumento das dívidas a terceiros (empregados e fornecedores), a alteração, já referida no ano transacto, das regras de contabilização dos fundos comunitários e a modificação da contabilização do subsídio de férias, como a seguir se explicita:

RELATÓRIO DE GESTÃO 2014

- o Aumento das dívidas a terceiros (empreiteiros e fornecedores) – Passou de € 487.252,79 em 2013 para € 1.921.399,01 em 2014, em, resultado, sobretudo de duas circunstâncias:
 - I. A suspensão do pagamento à empresa “Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro” na sequência do diferendo que vem opondo a autarquia àquela entidade, resultante, por um lado, do diferencial entre os valores cobrados por aquela empresa, quer na água quer no saneamento, e os valores do Fundo de Equilíbrio Tarifário (FETA) acordados no início de 2011 com a então Ministra do Ambiente, e, por outro lado, a manutenção da cobrança de consumos mínimos, objecto de acção judicial por parte do município.
 - II. O retardamento na liquidação de diversas facturas objecto de comparticipação comunitária e cujo pagamento é efectuado em função da recepção das mesmas.
- o Alteração das regras de contabilização dos fundos comunitários – Esta alteração, iniciada em 2013 por força das recomendações efectuadas pela Inspeção-Geral de Finanças, determinou que os fundos comunitários, nomeadamente os provenientes das empreitadas de construção do Núcleo Museológico do Vinho e da Loja Interactiva bem como o respectivo apetrechamento, fossem contabilizados na conta 274 “Proveitos deferidos” (€ 2.567.985,98) – conta de `Terceiros` (Passivo) – transitando para a conta 7983 “Transferências de capital” – conta de `Proveitos e ganhos` (Activo) –, apenas à medida que se vai efectuando anualmente a amortização dos respectivos bens.
- o Modificação da contabilização do subsídio de férias – Esta modificação ocasionou que o montante deste subsídio, a ser pago em 2015, mas respeitante a férias vencidas em 31 de Dezembro do ano anterior, tenha sido contabilizado no ano financeiro de 2014 na conta 2732 “Remunerações a liquidar” (€ 170.467,98).

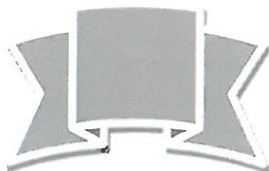
RELATÓRIO DE GESTÃO 2014

2.2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

A demonstração de resultados é o mapa contabilístico que apresenta os custos e os proveitos decorrentes das operações económicas efectuadas ao longo do ano pela autarquia.

Da análise do respectivo mapa, constata-se que o total de "Custos e perdas" atingiu € 10.527.735,00 e que os "Proveitos e ganhos" totalizaram € 8.947.813,30, do que resulta um resultado líquido negativo do exercício de € 1.579.921,70.

Este aumento do resultado líquido negativo radica fundamentalmente na alteração das regras de contabilização dos fundos comunitários, durante o período de execução das obras que financiaram, que deixaram de integrar a conta 74 "Transferências e subsídios obtidos", como já foi referido na análise do 'Balço'.



RELATÓRIO DE GESTÃO 2014

3. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Para análise da execução e evolução da política orçamental desenvolvida pela autarquia ao longo do ano financeiro de 2014 atentemos nos seguintes elementos:

3.1. GRANDES OPÇÕES DO PLANO

A taxa anual de execução financeira das Grandes Opções do Plano (compostas pelo conjunto das acções que integram o Plano Plurianual de Investimentos e o Plano de Actividades) atingiu 58,19%, ligeiramente inferior à do ano anterior (63,57%).

Da análise dos mapas de “Execução do Plano Plurianual de Investimentos” e de “Execução do Plano de Actividades Municipal”, que atestam o desenvolvimento das acções propostas nas Grandes Opções do Plano, ressaltam os seguintes aspectos mais significativos:

3.1.1. PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

A taxa anual de execução financeira do Plano Plurianual de Investimentos, constituído exclusivamente por rubricas de despesas de capital, cifrou-se em 53,24%, melhorando, assim, o seu desempenho face à taxa verificada em 2013 (48,18%).

Para esta melhoria contribuiu decisivamente a alta taxa de execução financeira da empreitada de construção do Núcleo Museológico do Vinho, acompanhando, assim, a taxa de realização física da obra, o que permitiu, como sabemos, concluí-la no decorrer do ano financeiro em análise, tal como estava previsto.

3.1.2. PLANO DE ACTIVIDADES

A taxa de execução financeira anual do Plano de Actividades, por sua vez, fixou-se em 63,96%, diminuindo significativamente relativamente à taxa obtida em 2013 (79,40%).

Esta quebra radica em primeira instância na suspensão do pagamento à empresa “Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro” – com um montante de despesa de 600.000 euros prevista no Plano de Actividades – na sequência do processo contencioso que opõe a

RELATÓRIO DE GESTÃO 2014

autarquia àquela empresa decorrente da diferente interpretação do contrato de concessão nomeadamente no que concerne ao pagamento de consumos mínimos.

3.2. ORÇAMENTO

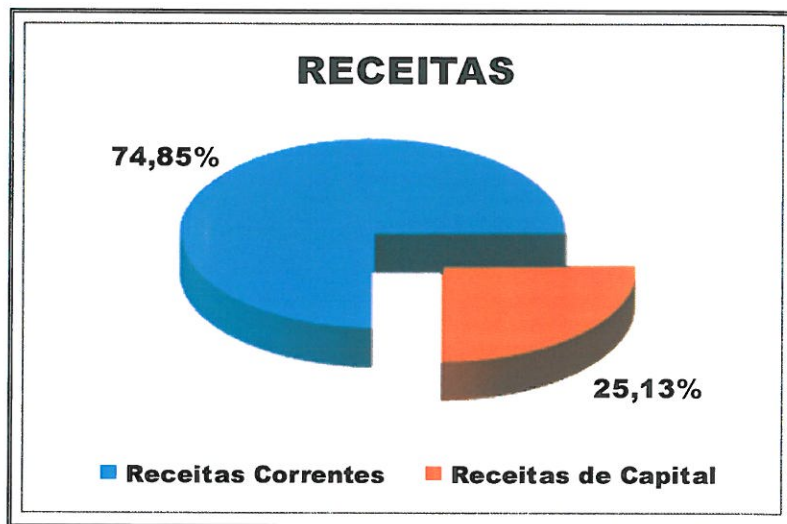
Do mapa "Resumo dos Fluxos de Caixa" constata-se que a gerência se iniciou com um saldo no valor de € 77.945,62, que adicionado às receitas arrecadadas – € 7.853.374,99 de receitas correntes, € 2.636.941,32 de receitas de capital e € 1.875,00 de Reposição Não Abatidas nos Pagamentos –, proporcionou um financiamento global de € 10.570.136,93.

A despesa atingiu, por sua vez, o valor total de € 10.508.336,57, correspondente a € 6.093.526,28 de despesas correntes e a € 4.414.810,29 de despesas de capital.

Transita para a gerência seguinte um saldo da conta de execução orçamental de € 61.800,36.

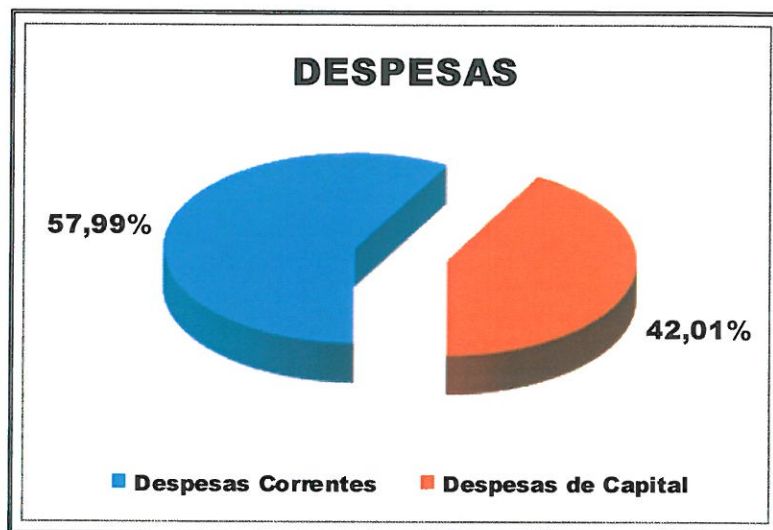
Continuando nesta análise, constata-se ainda o seguinte:

- As receitas correntes constituíram 74,85% do total das receitas arrecadadas, enquanto as receitas de capital tiveram uma participação de 25,13%.



RELATÓRIO DE GESTÃO 2014

- o As despesas correntes representaram 57,99% da despesa total, enquanto as despesas de capital absorveram 42,01%.



Saliente-se, mais uma vez, o cumprimento do princípio do “equilíbrio financeiro” (as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes), com as receitas correntes a superar as despesas correntes em € 1.759.848,71, valor que foi utilizado no financiamento de despesas de capital.

3.3. OPERAÇÕES DE TESOURARIA

Relativamente às “Operações de Tesouraria” – sendo assim designadas as dotações não orçamentais, ou seja, aquelas que tendo entrado em cofre não são receita municipal, estando apenas à guarda do município para entrega a outra entidade –, a gerência iniciou-se com um saldo de € 48.144,90, tendo sido arrecadada a importância de € 523.471,63 e saído fundos no valor de € 527.232,64, de que resulta um saldo para a gerência seguinte de € 44.383,89.

3.4. DESVIOS ENTRE AS RECEITAS E DESPESAS PREVISTAS E AS REALIZADAS

RECEITAS CORRENTES: O valor da execução situou-se nos 101,63% face ao inicialmente previsto, correspondente a um aumento de € 126.009,99, para o qual concorreram as rubricas “01-Impostos directos”, com uma taxa de execução de 143,40%, correspondente a um aumento

RELATÓRIO DE GESTÃO 2014

de € 290.778,68, "04-Taxas, multas e outras penalidades", com uma taxa de execução de 130,67%, correspondente a um aumento de € 46.214,63, e "05-Rendimentos da propriedade", com uma taxa de execução de 104,60%, correspondente a um aumento de € 18.626,90.

No que concerne à rubrica "01-Impostos directos", o acréscimo verificado provém do aumento da arrecadação do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) (+ € 71.489,54), Imposto Único de Circulação (+ € 6.610,43) e do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) (+ € 212.683,71).

No que respeita à rubrica "04-Taxas, multas e outras penalidades", o aumento advém da cobrança efectuada no subartigo "Saneamento" (+ € 48.356,42), na esteira do resultado alcançado no ano transacto, aqui também reflectido na actualização da respectiva taxa.

Relativamente à rubrica "05-Rendimentos da propriedade", o aumento encontra justificação no aumento da receita das Rendas de Concessão (+ € 69.142,47).

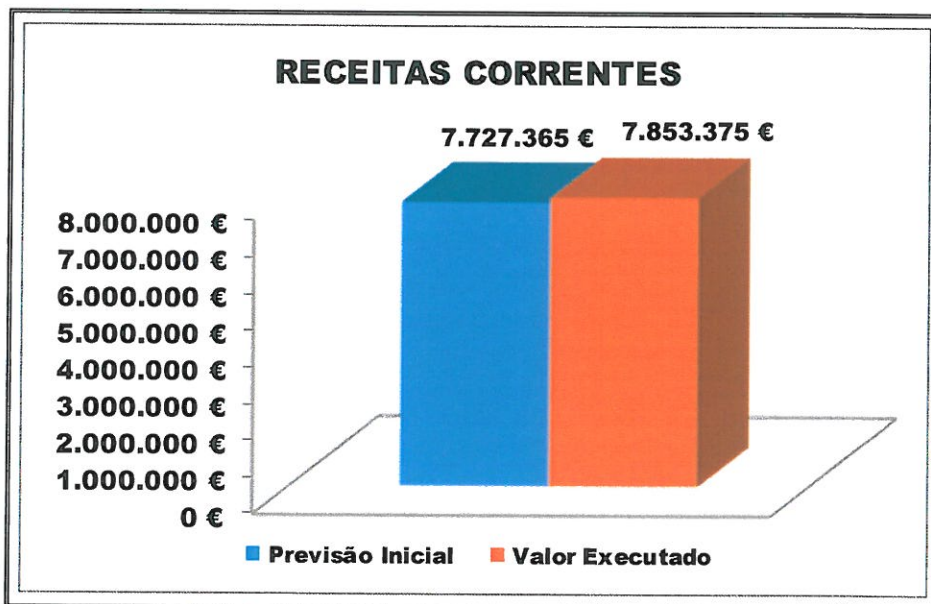
Vejamos, com mais pormenor, os desvios mais significativos dentro de cada rubrica:

RECEITAS CORRENTES

Classificação económica		Valor previsto	Valor executado
01-Impostos directos			
01.02.02	Imposto municipal sobre imóveis	400.000,00	471.489,54
01.02.03	Imposto único de circulação	110.000,00	116.610,43
01.02.04	Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	160.000,00	372.683,71
04-Taxas, multas e outras penalidades			
04.01.23.06	Saneamento	100.000,00	148.356,42
05-Rendimentos da propriedade			
05.10.05.01	Rendas de concessão	350.000,00	419.142,47

RELATÓRIO DE GESTÃO 2014

O gráfico seguinte esquematiza o desvio entre os valores previsto e executado das receitas correntes:



DESPESAS CORRENTES: Verificou-se que a taxa de execução foi 85,28%, correspondendo a uma diminuição de € 1.051.743,72, para o qual contribuíram maioritariamente os agrupamentos "01-Despesas com o pessoal", com uma diminuição de € 436.800,12, "02-Aquisição de bens e serviços", com uma diminuição de € 643.075,25, "03-Juros e outros encargos", com uma diminuição de € 30.904,78, e "06-Outras despesas correntes", com uma diminuição de € 64.378,59.

No que concerne ao agrupamento "01-Despesas com o pessoal", o decréscimo advém das rubricas "01.01.04-Remunerações certas e permanentes-Pessoal em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado" (- € 129.144,61), "01.01.06-Remunerações certas e permanentes-Pessoal em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo" (- € 174.860,79), "01.01.14-Subsídios de férias e de Natal" (- € 54.278,45) e "01.03.05-Segurança Social-Contribuições para a segurança social" (- € 49.994,68).

RELATÓRIO DE GESTÃO 2014

Relativamente ao agrupamento "02-Aquisição de bens e serviços", a diminuição decorre dos subagrupamentos "02.01-Aquisição de bens" (- € 408.827,42) e "02.02-Aquisição de serviços" (- € 234.247,83).

O decréscimo no agrupamento "03-Juros e outros encargos" decorre, naturalmente, da generalizada baixa da taxa de juros de referência, a *Euribor*, com reflexos na rubrica "03.01.03.02-Empréstimos de médio e longo prazos" (- € 29.281,51).

O decréscimo no agrupamento "06-Outras despesas correntes" provém na sua quase totalidade da rubrica 06.02.01 "Impostos e taxas" (- € 10.000,00) e da alínea "06.02.03.05-Outras" (- € 54.125,86).

Atentemos nos desvios mais significativos dentro de cada rubrica:

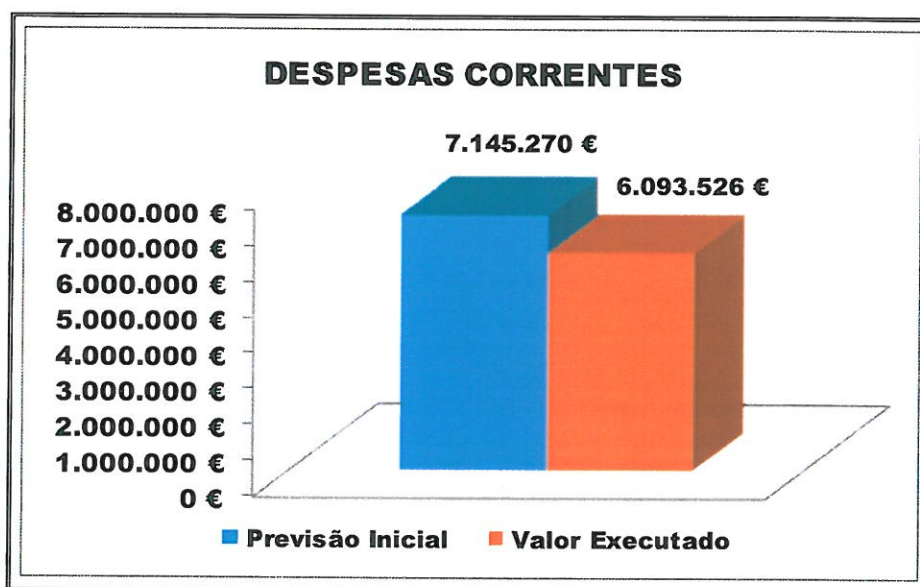
DESPESAS CORRENTES

Classificação económica	Valor previsto	Valor executado
01-Despesas com o pessoal		
01.01.04	Remunerações certas e permanentes- Pessoal em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado	831.095,00 701.950,39
01.01.06	Remunerações certas e permanentes- Pessoal em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo	291.760,00 116.899,21
01.01.14	Subsídios de férias e de Natal	205.405,00 151.126,55
01.03.05	Segurança Social-Contribuições para a segurança social	382.000,00 332.005,32
02-Aquisição de bens e serviços		
02.01	Aquisição de bens	1.135.580,00 726.752,58
02.02	Aquisição de serviços	3.272.585,00 3.038.337,17

RELATÓRIO DE GESTÃO 2014

03-Juros e outros encargos			
03.01.03.02	Empréstimos de médio e longo prazos	75.500,00	46.218,49
06-Outras despesas correntes			
06.02.01	Impostos e taxas	10.000,00	0,00
06.02.03.05	Outras	100.000,00	45.874,14

O gráfico seguinte esquematiza o desvio entre os valores previsto e executado das despesas correntes:



RECEITAS DE CAPITAL: Neste tipo de receita verificou-se uma taxa de execução de 32,87%, correspondente a uma quebra de € 5.386.363,68, para a qual contribuiu decisivamente, por força do montante que lhe estava afecto, a rubrica "10-Transferências de capital", com uma diminuição de € 4.687.404,13, correspondente a uma taxa de execução de 35,00%.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2014

Embora em menor dimensão, também a rubrica "09-Venda de bens de investimento", com uma taxa de execução de 13,88%, a que correspondeu uma diminuição de € 698.934,55, contribuiu para a diminuição da taxa de execução de Receitas de Capital.

Para a quebra verificada na rubrica "10-Transferências de capital" temos como razão directa a baixa taxa (29,72%) de concretização das receitas (€ 1.982.640,87) do FEDER, rubrica orçada em € 6.670.000,00, resultante quer da não materialização de candidaturas quer de alguma delonga, por força dos procedimentos de verificação das unidades de gestão, no pagamento de verbas devidas.

No que concerne à rubrica "09-Venda de bens de investimento", a diminuição decorre, tal como no ano anterior, da não concretização da venda da totalidade de lotes de terreno e de habitações.

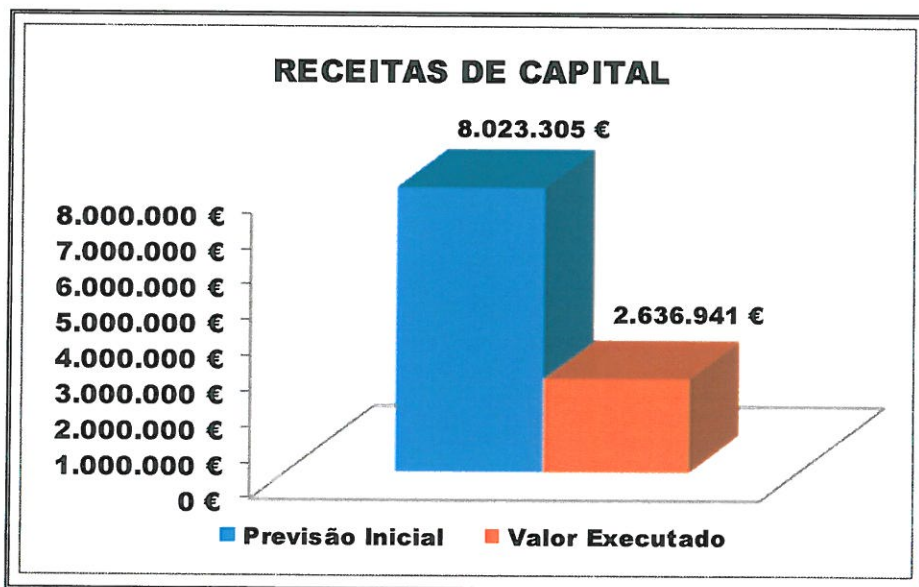
Vejamos, esquematicamente, os desvios mais significativos dentro de cada rubrica:

RECEITAS DE CAPITAL

Classificação Económica		Valor previsto	Valor executado
09-Venda de bens de investimento			
09.01	Terrenos	311.520,00	21.006,45
09.02	Habitacões	300.000,00	91.624,00
10-Transferências de capital			
10.03.07.01	FEDER	6.670.000,00	1.982.640,87

RELATÓRIO DE GESTÃO 2014

O gráfico seguinte esquematiza o desvio entre os valores previsto e executado das receitas de capital:



DESPESAS DE CAPITAL: As despesas de capital tiveram uma taxa de execução de 51,30% relativamente ao valor previsto, correspondente a um abatimento de € 4.190.589,71, para a qual contribuiu maioritariamente o agrupamento "07-Aquisição de bens de capital", com uma taxa de execução de 42,45%, correspondente a uma diminuição de € 3.915.941,80, consequência directa do decréscimo das receitas de capital e das razões já aduzidas aquando da análise destas, nomeadamente da quebra verificada na rubrica "10-Transferências de capital".

Não obstante o que atrás se refere, registe-se o aumento das despesas de investimento que tiveram um acréscimo superior a € 900.000 relativamente a 2013, passando de € 1.971.748,74 para € 2.888.058,20.

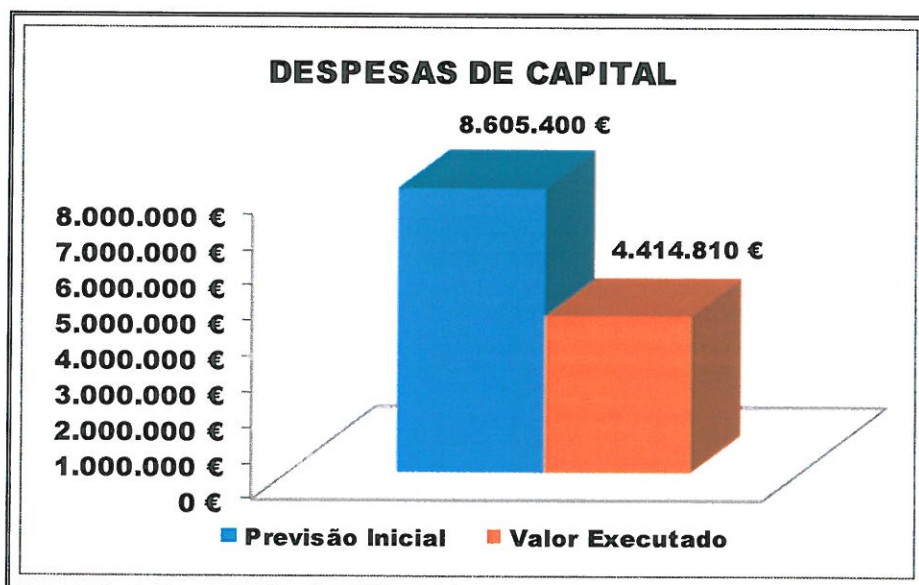
RELATÓRIO DE GESTÃO 2014

Vejam, dentro daquela rubrica, a principal origem do seu desvio:

DESPESAS DE CAPITAL

Classificação Económica	Valor previsto	Valor executado
07-Aquisição de bens de capital		
07.01	Investimentos	6.804.000,00
		2.888.058,20

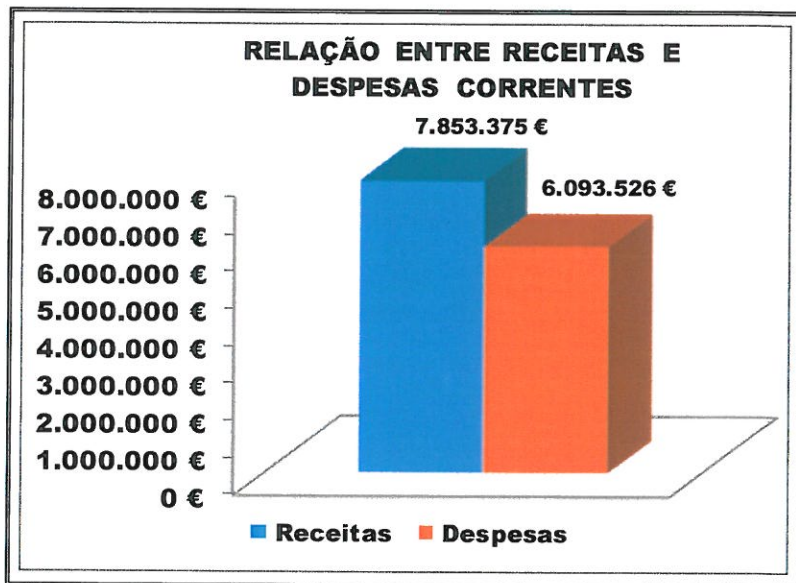
O gráfico seguinte esquematiza o desvio entre os valores previsto e executado das despesas de capital:



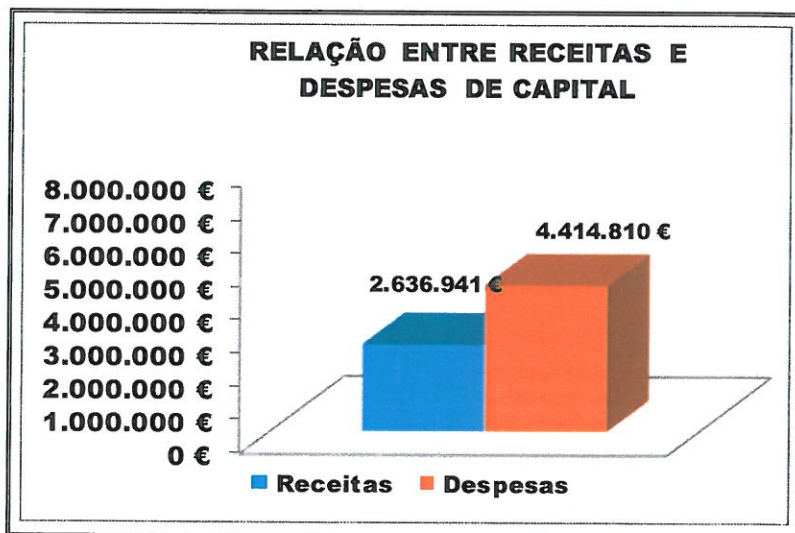
3.5. RELAÇÃO ENTRE RECEITAS E DESPESAS CORRENTES E RECEITAS E DESPESAS DE CAPITAL

As receitas correntes, no montante de € 7.853.374,99, correspondem a 74,85% do total das receitas arrecadadas, enquanto as despesas correntes, no valor de € 6.093.526,28, correspondem a 57,99% das despesas realizadas.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2014



Por seu lado, as receitas de capital, no valor de € 2.636.941,32, representam 25,13% do total das receitas arrecadadas, enquanto as despesas de capital, no valor de € 4.414.810,29, constituem 42,01% de toda a despesa realizada.



Destes dados podemos ainda inferir o seguinte comparativamente ao ano anterior:

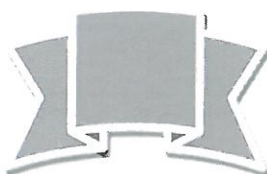
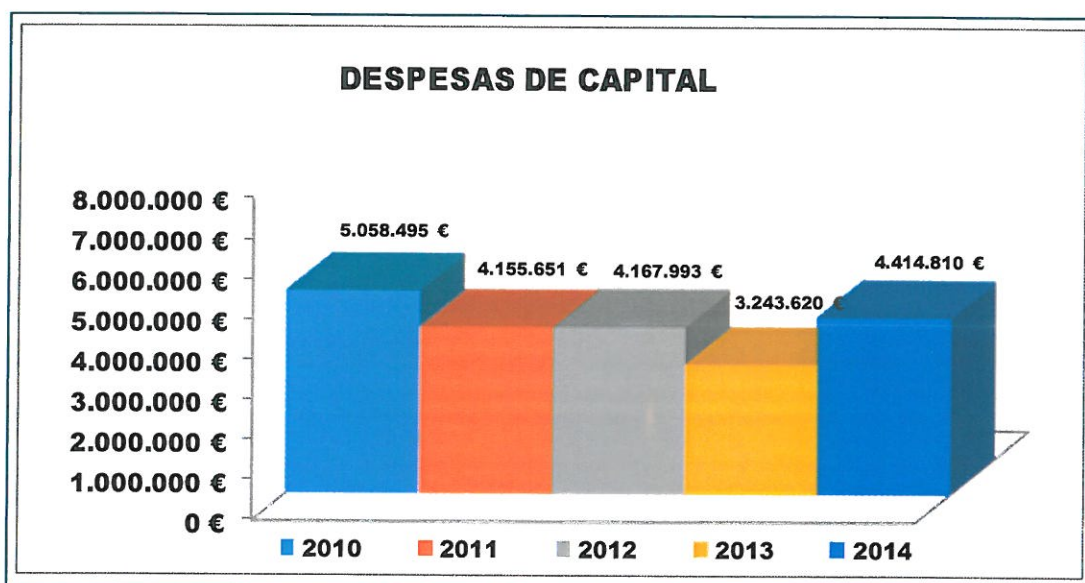
As receitas, quer correntes quer de capital, aumentaram relativamente a 2013. Por seu lado, no que respeita às despesas, diminuíram as correntes e aumentaram as de capital.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2014

Assim, as receitas correntes tiveram um acréscimo de € 565.999,77, correspondendo a um aumento de 7,77%, enquanto as despesas correntes diminuíram € 33.951,67, correspondendo a um decréscimo de 0,56%.

Por outro lado, as receitas de capital aumentaram em € 529.001,31, correspondendo a um aumento de 25,10%, cifrando-se o incremento das despesas de capital em € 1.171.190,60, correspondente a um acréscimo de 36,11%.

No gráfico que se segue, esquematiza-se a evolução das despesas de capital nos últimos cinco anos:



RELATÓRIO DE GESTÃO 2014

4. EVOLUÇÃO DAS DÍVIDAS DE CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZOS

4.1. DÍVIDAS DE TERCEIROS

No final do exercício, o valor da dívida de terceiros cifrava-se em € 147.547,26, proveniente, tal como nos anos anteriores, do fornecimento de água e do acerto de IVA.

Comparativamente ao ano transacto constata-se um aumento de € 25.782,82, correspondente a acréscimo de 21,17%.

Este aumento radica no agravamento das dívidas referentes ao fornecimento de água, situação à qual não é alheia o período de difícil conjuntura económica e social que o país vem atravessando com as consequentes dificuldades por que passam muitas famílias e para as quais temos tido recorrente benevolência, pese embora o esforço que se tem mantido na procura da regularização destas situações.

O quadro seguinte demonstra a evolução verificada nos últimos três anos:

DÍVIDAS DE TERCEIROS

Ano	Valor
2012	81.840,67
2013	121.764,44
2014	147.547,26

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

RELATÓRIO DE GESTÃO 2014

4.2. DÍVIDAS A TERCEIROS

No final do ano financeiro em análise o valor global da dívida cifrava-se em € 6.968.271,40, registando, assim, relativamente a 2013, um aumento de € 931.745,19.

Dois aspectos, aliás já referidos aquando da análise do `Balanço` e constantes da declaração de pagamentos e recebimentos em atraso da "Lei dos Compromissos", determinaram de modo decisivo este aumento:

- o A suspensão do pagamento à empresa "Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro", reflectido no montante de 905.275,64 constante da declaração de pagamentos e recebimentos em atraso da "Lei dos Compromissos", na sequência do diferendo que vem opondo a autarquia àquela entidade, resultante, por um lado, do diferencial entre os valores cobrados por aquela empresa, quer na água quer no saneamento, e os valores do Fundo de Equilíbrio Tarifário (FETA) acordados no início de 2011 com a então Ministra do Ambiente, e, por outro lado, a manutenção da cobrança de consumos mínimos, objecto de acção judicial por parte do município.
- o O retardamento na liquidação de diversas facturas objecto de comparticipação comunitária e cujo pagamento é efectuado em função da recepção das mesmas, o que totalizava no final do ano a importância de € 523.144,15.

Saliente-se, por fim, o continuado desagravamento dos "Passivos Financeiros" com uma amortização de 502.401,03 dos empréstimos a médio e longo prazos.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2014

No mapa que segue, discrimina-se a origem da dívida e a evolução verificada nos últimos três anos:

DÍVIDAS A TERCEIROS

Tipo de dívida	2012	2013	2014
Empréstimos de médio e longo prazos	6.026.481,38	5.549.273,42	5.046.872,39
Dívidas a empreiteiros	5.909,50	268.200,78	589.972,24
Dívidas a fornecedores	400.537,62	219.052,01	1.331.426,77
TOTAL	6.432.928,50	6.036.526,21	6.968.271,40

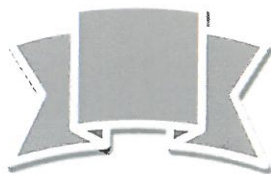


RELATÓRIO DE GESTÃO 2014

5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Como se constata na análise do mapa de "Demonstração de Resultados", verificou-se um resultado líquido negativo do exercício de € 1.579.921,70.

Deste modo, encontra-se prejudicado o estabelecido no ponto 2.7.3.1 do POCAL, o qual determina que "a aplicação do resultado líquido do exercício é aprovada pelo órgão deliberativo mediante proposta fundamentada do órgão executivo", não havendo lugar à aplicação do resultado líquido do exercício.



RELATÓRIO DE GESTÃO 2014

6. FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Após o termo do exercício não se verificaram quaisquer factos contabilísticos ou financeiros que mereçam relevância e que de alguma forma tenham marcado a vida económico-financeira da autarquia.

São estes os aspectos essenciais da gestão financeira de 2014 e que aqui deixamos à consideração de V. Exas.

Paços do Município de S. João da Pesqueira, 9 de Abril de 2014.

A Câmara Municipal

